

TECENDO REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LETRAMENTO LITERÁRIO

Valeska Nogueira de Lima¹

Universidade Federal de Campina Grande

valeskanlima@yahoo.com.br

Resumo

O Brasil é um país que tem em sua configuração uma ampla diversidade cultural. No entanto, ainda é perceptível conflitos relacionados à questão étnica. Nessa perspectiva, a educação voltada para as relações étnico-raciais adquire relevância na busca pela superação de atitudes e ações discriminatórias e no reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural. Para tanto, consideramos que o letramento literário constitui-se como uma maneira de potencializar a leitura de mundo do indivíduo, além de conduzi-lo ao conhecimento de outras culturas. Com isso, desenvolve-se o respeito às diferenças étnicas e culturais por meio do fortalecimento da identidade do povo brasileiro e do seu universo cultural, rompendo com as tensões sociais causadas pela falta de valorização racial. Assim, consideramos que a educação para as relações étnico-raciais tem como desdobramentos o questionamento crítico acerca do preconceito, da naturalização de estereótipos e da pluralidade cultural. Portanto, nosso objetivo neste artigo é tecer reflexões acerca do letramento literário para a formação cidadã, por proporcionar o trabalho com as relações étnico-raciais no contexto da diversidade cultural presente na realidade escolar brasileira. Pretende-se elencar alguns apontamentos em torno do letramento, assim como as implicações do letramento literário no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, também destacaremos a articulação do letramento com a diversidade cultural no âmbito da aplicação da lei 10.639/03 que inclui no currículo o estudo das matrizes culturais da população negra. Como referencial teórico nos pautamos em Soares (2003), Rojo (2009, 2010), Street (2010, 2012), Tayassu (2011), Cosson (2007), entre outros.

Palavras-chave: Educação étnico-racial; letramentos; letramento literário; diversidade cultural.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e essencial para o ser humano, também representa um dos fatores que possuem grande relevância para a construção de uma sociedade democrática, além de proporcionar o acesso à cidadania a todos os indivíduos.

Nesse cenário, a sociedade letrada configura-se pautada na escrita, agregando a ela o atributo de instrumento que possibilita a atuação do indivíduo no âmbito social.

Em decorrência dos desafios que tem se apresentado no cenário educacional nos últimos anos, constatamos um aumento significativo de reflexões e pesquisas que envolvem o

¹ Professora do município de Fagundes-PB. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

letramento e suas implicações na educação (MELO; MOTA ROCHA, 2009; ROJO, 2009; MOTA ROCHA; MELO; CAMPOS, 2010).

As mudanças ocasionadas nas práticas educativas influenciam diretamente a organização do trabalho pedagógico, resultando numa diversidade de perspectivas que envolvem o conceito de letramento, exigindo que educadores estejam cientes das diversas concepções para optar pela que melhor possibilite o aprendizado dos alunos no que se refere ao domínio da leitura e da escrita inseridas no contexto social e cultural do qual o aluno faz parte.

Nesse cenário de discussões acerca do letramento, inserimos a educação voltada às questões étnico-raciais que apresentam a possibilidade de estar presente no contexto escolar por meio da leitura literária. Além disso, a literatura proporciona a aplicação da lei 10.639 sancionada em 2003, que inclui no currículo o estudo das matrizes culturais da população negra, por possibilitar a conscientização e valorização das relações étnico-raciais.

Para tanto, nossa discussão neste texto estará pautada nos aspectos centrais que nos permitem perceber o letramento como uma prática social necessária à constituição cidadã. Como desdobramento do letramento, a ênfase na literatura como promotora de interação com o outro e como meio de promoção do diálogo entre diferentes marcas culturais, resulta no que conhecemos por letramento literário. Dessa forma, o letramento literário ao possibilitar o tratamento da diversidade cultural se apresenta como meio de valorização étnica que permite o desenvolvimento com um trabalho profícuo com a educação voltada para as relações étnico-raciais no contexto escolar.

2. TECENDO REFLEXÕES SOBRE O LETRAMENTO LITERÁRIO

Os novos padrões sociais centrados numa sociedade grafocêntrica demandam habilidades de uso da leitura e da escrita que tornam insuficiente apenas que o indivíduo saiba ler e escrever, exigindo dele a atuação nas práticas letradas presentes na vivência em sociedade. Esse aspecto provoca o debate acerca das práticas sociais de leitura e de escrita na perspectiva do letramento.

Com a ampliação dos estudos referentes ao letramento, houve uma expansão do campo semântico, proporcionando novas perspectivas educacionais na sociedade letrada. Nesse sentido, o letramento literário emergiu como proposta de prática social dos textos literários.

Portanto, teceremos nas linhas a seguir algumas considerações fundamentais acerca do letramento, assim como nos deteremos nas

implicações para o ensino decorrentes do letramento literário.

2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LETRAMENTO

Paulatinamente, em decorrência das mudanças sociais e políticas, começou a surgir um conceito que tinha como objetivo revisar e ampliar o entendimento sobre o processo da alfabetização. Assim, na década de 1980, entrou em cena o conceito de letramento, caracterizado como o uso da leitura e da escrita nas práticas desenvolvidas na sociedade e que demanda o domínio de competências e habilidades de uso da língua. (ROJO, 2010).

Os estudos acerca do letramento ainda são recentes em nosso país e esse aspecto proporciona uma multiplicidade de significados que são atribuídos ao conceito. Por isso, desde o seu surgimento, o conceito de letramento tem passado por ressignificações, sobretudo a partir dos novos estudos do letramento. (STREET, 2010).

Portanto, o uso do termo letramento alargou o que era compreendido até então como alfabetismo, sendo que este refere-se ao saber usar a língua na sociedade, enquanto o letramento está pautado no uso efetivo da língua que causa impacto sobre a cultura. Na perspectiva de Euzíbio e Cerutti-Rizzatti (2013, p. 16) o letramento “implica as maneiras pelas quais as diferentes culturas concebem a escrita, o que reverbera nas relações sociais”.

Tayassu (2011, p. 26) defende o conceito de letramento como “o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita” que possibilita o uso diversificado da leitura e da escrita na participação do sujeito nas práticas sociais.

Na mesma direção, Soares (1999, p. 20) ressalta que “passamos a enfrentar uma nova realidade social em que não basta apenas ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.”

O conceito de letramento evoluiu paralelamente aos estudos e à realidade e demanda sociais, pois o uso da leitura e da escrita é feito a todo instante nas práticas sociais e de maneiras bastante diferenciadas. Esse aspecto pode ser confirmado nas palavras de Rojo (2010, p. 26) ao defender que “[...] praticamente tudo o que se faz na cidade envolve hoje, de uma ou de outra maneira a escrita, sejamos alfabetizados ou não.”

Portanto, a escola precisa contemplar as culturas locais, ampliando seu trabalho com as práticas que não são valorizadas socialmente, mesmo que estas integrem a realidade cultural do aluno, tendo em vista que o letramento é, muitas vezes, cristalizado na visão escolar. Contemplar a realidade cultural dos alunos deriva da

percepção de que mesmo fora da escola o aluno está inserido numa sociedade letrada e numa determinada cultura. Desse modo, a expectativa aponta para o sentido de como integrar a cultura local do alunado com a cultura valorizada pela escola. Sobre isso, concordamos com Rojo (2009, p. 115) ao destacar que “cabe à escola potencializar o diálogo multicultural, trazendo para dentro de seus muros não somente a cultura valorizada, dominante, canônica, mas também as culturas locais, populares e a cultura de massa, para torna-las vozes de um diálogo, objeto de estudo e de crítica”.

Ao considerar essa perspectiva, a escola contribui para que o aluno se torne um cidadão protagonista em sua cultura e que seja capaz de se apropriar dos novos gêneros do discurso e das novas tecnologias, assim como das novas línguas. Além disso, é de fulcral importância que a escola considere que “cada contexto histórico solicita dos leitores e dos usuários da escrita um saber ler e um saber escrever específico; ao seu tempo, lugar e às múltiplas situações de comunicação associadas ao letramento.” (TAYASSU, 2012, p. 34).

Esse aspecto nos faz perceber que a escola deve ser um ambiente em que haja a convivência dos múltiplos letramentos, tendo em vista que eles estão presentes na vivência dos alunos, sejam os letramentos valorizados ou não socialmente. Dessa forma a escola contribui para o estabelecimento do diálogo entre as culturas, sejam elas dominantes ou não.

2.2. O LETRAMENTO LITERÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

Na sociedade letrada, a escrita ocupa lugar central, sendo considerada como um dos mais poderosos instrumentos que permite libertar o homem das suas limitações físicas por possibilitar o armazenamento dos saberes construídos ao longo do tempo. (COSSON, 2007).

Nesse sentido, Cosson (2007, p. 16) enfatiza que “a literatura não apenas tem a palavra em sua constituição material, como também a escrita é seu veículo predominante”. Assim, o texto literário é pleno no que se refere aos saberes relacionados ao homem e ao mundo.

Candido (1995) salienta que a literatura é a manifestação universal dos homens em todos os tempos e a compara ao sonho que faz parte da vida do ser humano e que “assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura”. (CANDIDO, 1995, p. 175). O autor defende que a literatura tem sido instrumento de instrução e educação, de maneira que ela “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”. (CANDIDO, 1995, p. 175). Além de ser instrumento de humanização que atua no subconsciente e inconsciente do homem por

“desenvolve[r] em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. (CANDIDO, 1995, p. 180).

Assim, a literatura consiste num processo de descobertas, permite a autocriação e pode ser considerada como uma forma de propiciar a humanização e o enriquecimento da personalidade do homem. Nesse aspecto, sobre a humanização, Candido (1995, p. 180) ressalta que trata-se de um

Processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do homem.

Por isso o direito à literatura se transforma numa necessidade universal que precisa ser satisfeita e se constitui como um direito que deve estar presente nas práticas escolares. Nesse contexto, trazemos para nossa discussão o que defende Cosson (2007, p. 17) ao afirmar que “é por essa função maior de tornar o mundo compreensível transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas que a literatura tem e precisa manter um lugar especial nas escolas”.

Portanto, o letramento literário pode ser definido como o “processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (COSSON, 2011, p. 282), tendo em vista que a leitura literária contribui significativamente para a formação da personalidade da criança, pois envolve alguns aspectos como o desenvolvimento estético, a capacidade crítica, a reflexão sobre os próprios valores e a reflexão sobre os valores da sociedade. Além disso, por meio da literatura as dimensões da sensibilidade para o estético e o conhecimento se tornam significativas nas primeiras experiências da criança com a leitura literária. (OLIVEIRA, 2010).

A leitura literária se depara com o desafio das práticas desenvolvidas na escola, pois a abordagem do texto literário precisa integrar a leitura e a escrita por meio de um trabalho planejado e sistematizado que proporcione a construção de sentido a partir do literário. Ou seja, o letramento literário precisa ter espaço na escola e, sobretudo, nas salas de aula para que promova o desenvolvimento do olhar crítico do aluno diante da sua realidade, ampliando significativamente o conhecimento de si e do mundo que o rodeia.

A atividade leitora realizada na escola deve ser prazerosa, voltada para a formação de um leitor que obtenha a capacidade de se apropriar autonomamente das obras, se posicionando,

construindo sentido e atribuindo valores ao que lê, ao mesmo tempo em que participa ativamente do seu processo de construção do conhecimento. Nas palavras de Fernandes (2011, p. 325), “ao interagir com a obra literária, o leitor adquire um novo conhecimento de si próprio e do mundo por meio da experiência vivida no universo fictício, que está entrelaçado ao mundo real”. Além disso, Candido (1995) defende que a literatura por se apresentar como uma coisa organizada, possibilita a ordenação da mente e dos sentimentos, pois a organização da palavra se comunica e leva o homem a se organizar e organizar o mundo. Candido (1972) também ressalta que a literatura tem semelhança com a vida, pois considera que o literário ensina na medida em que atua. Em outras palavras podemos afirmar que a literatura proporciona a experiência de conhecer a realidade.

Da maneira como o letramento literário é concebido na perspectiva de Cosson (2007), o processo de letramento por meio dos textos literários envolve o uso social da escrita, mas também o efetivo domínio dessa competência e a construção do sentido por parte do leitor proporcionada pelo aspecto polissêmico dos textos literários.

Dessa forma, Oliveira (2010) ressalta que nem tudo que é lido no contexto escolar precisa ser discutido e interpretado, pois determinadas leituras devem estar presentes na vivência dos alunos pela fruição, pelo prazer, pelo encantamento e pela magia provocada pela leitura literária.

Em consonância com Fernandes (2011), a leitura dos textos literários permite que o leitor se depare com o prazer e com o conhecimento de maneira concomitante, contribuindo na formação do gosto pela leitura e na participação do indivíduo no mundo.

Portanto, a pedagogização da literatura impede a criança de ser uma boa leitora porque passa a servir de objeto escolar para o cumprimento de objetivos relacionados à leitura e à escrita e não permite o despertar da imaginação, da criatividade e da sensibilidade. Daí a mediação do professor é algo imprescindível e que faz a diferença no contato da criança com a literatura, pois ao considerar que a escolarização da literatura é inevitável, tem-se uma visão acerca do leitor que pretende formar. (OLIVEIRA, 2010).

Vale acrescentar que “na escola, quem propõe a fantasia, quem estimula a imaginação da criança, é o professor, quando faz boas mediações oferecendo textos literários com qualidade”. (OLIVEIRA, 2010, p. 45). O professor precisa proporcionar a criação de uma relação afetiva e harmoniosa entre a criança e a literatura e isso deve ser feito com alegria, emoção e entusiasmo por parte do professor para que possa mobilizar a sensibilidade da criança para o literário.

3. LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL

O Brasil é, notadamente, um país caracterizado pela multiplicidade cultural existente em seu vasto território. Com o decorrer do tempo as marcas da diversidade favorecem a percepção da riqueza de representações culturais em nosso país como reflexo da miscigenação do povo. Dessa maneira, é perceptível as diferenças culturais existentes em cada região brasileira que, com suas peculiaridades, contribuem para a formação cultural brasileira. Sendo assim, faz-se imprescindível que a identidade do povo brasileiro seja fortalecida no contexto do vasto universo cultural do nosso país.

No entanto, ainda presenciamos conflitos referentes às questões culturais, sobretudo com relação à população negra que se depara com inúmeras dificuldades de inserção e participação na sociedade desde os tempos marcados pela escravidão na constituição histórica brasileira.

Devemos buscar a construção de uma sociedade que reconheça o direito cidadão de ser igual no que diz respeito aos direitos e deveres, ao mesmo tempo em que seja valorizado em suas diferenças com relação a seus valores, história e características culturais.

Nessa perspectiva, a literatura pode ser considerada como um meio de diálogo entre as diferentes marcas culturais e que possibilita a interlocução entre as pessoas. Assim, em conformidade com Souza (2016, p.99), “a literatura possibilita o entendimento da diversidade e das relações existentes no universo entre as experiências, e portanto, entre os modos de ser.”

A literatura contribui para a abertura de caminhos contrários ao caráter homogeneizador de uma determinada cultura que se impõe sobre as demais, pois propicia o convívio com diferentes histórias, tradições, além de promover diversas experiências de contato com o outro e com distintas maneiras de compreender o mundo. Souza (2016, p. 100) defende que

O ensino da literatura dotado de uma perspectiva democratizadora poderá tomar a si o desafio de fazer da leitura do texto literário uma experiência de produto dialógico entre a subjetividade do leitor e a alteridade, gerando condições de emancipação individual, convivência com o outro e exercício da cidadania.

Por meio da literatura é possível proporcionar o entendimento da diversidade e das diferenças entre as pessoas para que se questione as relações de poder existentes em nossa sociedade que torna a questão étnica uma marca de superioridade ou de inferioridade dos sujeitos.

Assim, o texto literário no contexto da diversidade cultural e étnica contribui para que haja a percepção acerca dos grupos que são

representados na literatura e o questionamento dos estereótipos que desvalorizam a riqueza cultural, sobretudo dos negros. Também a contribuição da literatura promove o respeito à diversidade por intermédio da interculturalidade, resultando na promoção da necessária e urgente reconfiguração das relações étnicas em nosso contexto social.

3.1. LETRAMENTO LITERÁRIO E A LEI 10.639/03

No cerne da discussão acerca da educação voltada para a diversidade, compreendida nas relações étnico-raciais, convém ressaltar a relevância da implementação da Lei 10.639, sancionada em 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo da educação básica. A lei pode ser considerada como um avanço no combate ao racismo e às desigualdades raciais, pois se trata de uma política pública que visa, por meio da ação escolar, valorizar a diversidade cultural do país, com o intuito de proporcionar a afirmação da identidade negra, apontando avanços na efetivação dos direitos sociais e educacionais, na superação de práticas racistas, no contexto escolar e na sociedade, além da efetivação de uma educação que valorize e respeite a diversidade como fator essencial da formação para a cidadania.

No contexto de lutas pela superação do racismo, a Lei 10.639/03 surgiu como uma conquista do engajamento do Movimento Negro, no entanto, a questão racial não interessa apenas à comunidade negra, pois a superação das desigualdades raciais deve constituir a luta constante e ativa pela construção da cidadania para todos, problematizando o tratamento desigual que foi colocado historicamente sobre os diferentes grupos sociais.

Com a aprovação da lei 10.639/03, o ensino relacionado à contribuição das diferentes culturas à formação do povo brasileiro, especificamente os afrodescendentes, proporcionou a necessidade do estabelecimento de diretrizes curriculares que embasassem a educação para as relações étnico-raciais, visando combater as diversas formas de manifestação do preconceito além de valorizar as culturas que ao longo da história no nosso país foram remetidas ao lugar de inferioridade e marginalização.

Os princípios que norteiam a lei 10.639/03 apontam para a adoção de uma política educacional e uma dinâmica escolar que promova a valorização histórica e cultural dos afrodescendentes, além da produção de conhecimentos que proporcione atitudes de reconhecimento à identidade negra.

De acordo com Silva (2007, p. 50), a lei 10.639 de 2003, “trata-se, em outros termos, de uma lei voltada ao resgate da autoestima, dos valores

culturais, dos direitos, da memória e da identidade do negro, desfazendo equívocos seculares e ressemantizando o conceito de ‘negro’ em um complexo socioetnográfico nacional”.

No texto da lei destacamos a indicação da literatura como uma das maneiras para tratamento da temática na escola. Sendo assim, percebemos que o letramento literário contribui para a aplicação da lei e para possibilitar a conscientização e a valorização das relações étnico-raciais.

Em conformidade com Pereira (2011, s/p), “a literatura pode ser um caminho promissor, já que, em muitos sentidos, uma das formas de expressar emoções, ideias, valores e até mesmo denúncias é por meio da escrita literária”. Nesse aspecto, apontamos o letramento literário como uma prática que permite o diálogo no momento da leitura e a promoção da reflexão e conscientização de maneira crítica e participativa.

Portanto, ao relacionarmos o letramento literário às questões étnico-raciais destacamos o que afirma Cosson (2006, p. 120) ao salientar que

Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posiciona-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos.

Com isso percebemos que os valores relacionado à literatura contribuem para a formação do aluno, sobretudo na constituição como membro de uma sociedade multirracial, de maneira que seja despertado o senso crítico por meio da interação com outras culturas, de maneira que haja a ampliação do conhecimento de si e do outro no contexto cultural.

No entanto, convém destacar que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 22)

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por ‘mitos’ que veiculam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta ‘democracia racial’.

Mesmo diante da relevância da discussão trazida pela implementação da Lei 10.639/03 para as práticas escolares, ainda é comum que professores demonstrem resistência ao trabalho com as relações étnico-raciais, seja pelo imaginário de que não há racismo na escola ou mesmo pela ausência de informações que promovam uma educação voltada para a desconstrução das desigualdades raciais. Daí, torna-se relevante que o professor tenha conhecimento da valor do negro na construção da sociedade, de forma a superar a imagem relacionada à escravidão, percebendo a diversidade

racial como uma riqueza cultural constituinte e intrínseca do nosso país. Além disso, apenas fazer referência ao negro não é suficiente, faz-se necessário repensar a abordagem adotada nos conteúdos imersos no currículo escolar, desmistificando o imaginário de inferioridade e subalternidade da pessoa negra, além do ideário de que o país africano é incivilizado e sem cultura.

A valorização das diferenças raciais na escola contribuem para a superação do racismo e dos estereótipos, assim como na (re)construção identitária dos negros que passam pela escola e muitas vezes não são percebidos como sujeitos de direitos. No entanto, Gomes (2006, p. 25) enfatiza que

Apesar de reconhecermos, pelo menos no nível do discurso, que a construção social, cultural e histórica das diferenças, ou seja, a diversidade, é algo belo e que dá sentido à nossa existência, sabemos que, na prática, no jogo das relações de poder, as diferenças socialmente construídas e que dizem respeito aos grupos sociais e étnico-raciais menos favorecidos, foram transformadas em desigualdades.

Dessa maneira, a escola se vê diante da necessidade de ressignificação das suas práticas acerca das diferenças e, sobretudo, no tratamento às diferenças raciais, considerando que as minorias étnicas se deparam com situações de preconceito tanto na sociedade como no interior das relações escolares. O preconceito racial e a discriminação é uma realidade efetiva, tanto no passado como no presente, haja vista que foram produzidos historicamente em nossa sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a escola se configura como um ambiente em que ainda existem conflitos devido à coexistência de sujeitos diversos e único em sua manifestação cultural. Sendo assim, cada vez mais torna-se perceptível que a escola se encontra diante do desafio de proporcionar a igualdade de acesso ao conhecimento independente dos contextos socioculturais em que os alunos estão inseridos.

Daí a escola passa a ser dotada da possibilidade de se constituir como agência promotora da leitura enquanto prática social que favorece ao aluno atuar na realidade em que se encontra inserido de forma crítica e ativa. E isso pode ser realizado pela aproximação do aluno com o texto literário, devido à relação com o outro proporcionada pela literatura, além do favorecimento da descoberta de possibilidades e de reconhecimento das diferenças,

ressignificando a identidade dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem escolar.

Nesse perspectiva, acreditamos que, por meio do letramento literário, encontramos a possibilidade de levar para a sala de aula a conscientização em torno da diversidade cultural, nos permitindo valorizar a identidade negra por meio do universo literário e desconstruir estereótipos e o lugar de inferioridade ao qual foi relegado o negro durante o desenvolvimento histórico do nosso país.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 jan. 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2005.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC, 1997.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo, SP, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

_____. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. *Letramento literário*. Teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. A prática de letramento literário na sala de aula. In: GONÇALVES, Adair Vieira. PINHEIRO, Alexandra Santos. *Nas trilhas do letramento*. Entre teoria, prática e formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. Letramento literário no contexto escolar. In: GONÇALVES, Adair Vieira. PINHEIRO, Alexandra Santos. *Nas trilhas do letramento*. Entre teoria, prática e formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

FERNANDES. Márcia Moreira. Africanidade e letramento literário: a lei 10.639/03 e a questão étnico-racial. *Anais do SILEL*. Volume 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FREIRE. Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação Antirracista – Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, 2006.

MELO, Silmara Cássia Barbosa. MOTA ROCHA, Sílvia Roberta da. *Modelos teóricos-metodológicos de Alfabetização e Letramento: implicações pedagógicas*. XIV Encontro dos pesquisadores do Norte e do Nordeste – EPENN. João Pessoa: UFPB, 2009.

MOTA ROCHA, Sílvia Roberta da. MELO, Silmara Cássia Barbosa. CAMPOS, Kátia Patrício Benevides. *Da*

desinvenção à reinvenção da alfabetização. II Colóquio Brasileiro de Educação – COBESC. Campina Grande, junho, 2010.

OLIVEIRA, Ana Arlinda. O professor como mediador das leituras literárias. In: PAIVA, Francisca. COSSON, Rildo. *Literatura: ensino fundamental*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. RANGEL, Eduardo de oliveira. ROJO, Roxane. *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. Brasília, 2010.

SILVA, Maurício. Novas Diretrizes Curriculares para o Estudo da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana: a lei 10.639/03. *Eccos Revista Científica*. Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo. V.09. n.01, p. 39-52, 2007.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. São Paulo: Autêntica, 1999.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. N. 25, jan/fev/mar/abr. 2004.

_____. As muitas facetas da alfabetização. In: SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Práticas de letramentos e implicações para a pesquisa e para as políticas de alfabetização. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Glicinei Teodoro. *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUZA, Florentina. Relações étnico-raciais e o ensino da literatura. *Revista Temas em Educação*. V. 25. João Pessoa. p.96-107, 2016.

STREET, Brian. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Glicinei Teodoro. *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.